

REDAÇÃO

Autor: **PEDRO FERREIRA DA SILVA FILHO – PRESIDENTE (PSD);**

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Barra do Garças-MT, em 29 de agosto de 2022.

Presidente da Câmara Municipal de Barra do Garças

Estado de Mato Grosso
Câmara Municipal de Barra do Garças
Palácio Vereador Dr. Dercy Gomes da Silva

REDAÇÃO

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente,
Senhores Vereadores:

A presente propositura, visa implantar no âmbito do Município de Barra do Garças o programa de ressocialização e reintegração social de egressos do Sistema Prisional, por intermédio de contratação, pelas empresas terceirizadas que prestam serviços ao Município Barra-garcense, nas modalidades obra e serviços, presos sujeitos ao regime semiaberto, aberto, em livramento condicional e egressos do sistema prisional.

Tal medida se faz necessária para que a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei das Execuções Penais, possa alcançar os objetivos a que se propõe, vez que é através do trabalho, elemento fundamental no processo de ressocialização de apenados, que a reintegração social e o resgate da cidadania plena saia do plano normativo para a realidade vivida

Não se pode deixar de lembrar, por oportuno, que o preconceito e o estigma negativo contra as pessoas que passaram pelo sistema prisional é um dos fatores de maior hostilidade no processo de ressocialização do apenado, exigindo, por essas próprias razões, ações integradas do Poder Público que sejam direcionadas para o enfrentamento dessas dificuldades, de modo a instituir políticas públicas voltadas a facilitar e promover a reintegração do apenado à sociedade, especialmente, criando as condições necessárias para impulsionar o acesso dessas pessoas a um posto de trabalho digno.

Por tais motivos, apresentamos a presente sugestão e esperamos sua aprovação e acatamento, como medida de grande importância social.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Barra do Garças-MT, em 29 de agosto de 2022.

PEDRO FERREIRA DA SILVA FILHO – (Pedro Filho)
Vereador - PSD
Presidente da Câmara Municipal de Barra do Garças

Estado de Mato Grosso
Câmara Municipal de Barra do Garças
Palácio Vereador Dr. Dercy Gomes da Silva

REDAÇÃO

PROJETO DE LEI XXXXX

“Dispõe sobre a reserva de vagas de trabalho a presos e egressos em obras e serviços contratados pelo Município de Barra do Garças, e dá outras providências.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS, ESTADO DE MATO GROSSO, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - As Pessoas Jurídicas contratadas pelo Município de Barra do Garças – MT, ficam obrigadas a admitir presos e egressos para a execução de obras ou serviços.

Art. 2º - As Pessoas Jurídicas contratadas por quaisquer órgãos ou instituições integrantes do Poder Executivo Municipal, incluindo entidades da Administração Indireta, para a execução de obras ou serviços, precedidos ou não de licitação, deverão preencher, ao menos, 3% (três por cento) dos cargos criados na respectiva obra ou serviço com presos ou egressos, observando-se a seguinte proporção:

- I- Até 10 (dez) postos de trabalho: admissão facultativa;
- II- De 11 (onze) a 20 (vinte): 01 (uma) vaga;
- III- De 21 (vinte e um) ou mais: 5% (cinco por cento).

§ 1º - Os órgãos e instituições municipais farão constar, nos editais e contratos que têm por objeto obras e serviços, a exigência de que trata esta lei.

§ 2º - O disposto nesta Lei não se aplica aos serviços diretos em Unidades de Saúde, de segurança, vigilância ou custódia, tampouco aos serviços prestados a órgãos integrantes do Sistema de Segurança Pública.

Art. 3º- Considera-se preso aquele que estiver cumprindo pena privativa de liberdade, definitiva ou provisória, em qualquer dos regimes previstos no artigo 33, do Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 - Código Penal, inclusive o regime domiciliar; e egresso, o liberado definitivo ou condicional, conforme previsto na Lei Federal nº 7.210, de 11 de julho de 1984.

Art. 4º- Serão encaminhados à seleção promovida pela empresa os candidatos dos regimes fechados e semiaberto que sejam considerados aptos ao trabalho pela Administração Penitenciária e estando recluso, que tenha tido comportamento exemplar nos últimos 3 (três) anos.

Art. 5º - A inobservância das regras previstas nesta Lei acarreta descumprimento contratual absoluto, implicando a possibilidade de rescisão por iniciativa da Administração Pública.

Estado de Mato Grosso
Câmara Municipal de Barra do Garças
Palácio Vereador Dr. Dercy Gomes da Silva

REDAÇÃO

Art. 6º - A Fundação Nova Chance - FUNAC, instituída pela Lei Complementar nº 291, de 26 de dezembro de 2007, poderá celebrar convênios com entidades públicas e privadas para contratação de presos e egressos, por meio dos quais a entidade conveniente, na condição de tomadora dos serviços, repassará os recursos relativos ao custeio à FUNAC, e está, na condição de contratante, encarregar-se-á do pagamento das despesas, inclusive as remunerações, na forma do disposto no artigo 34, caput e § 1º, da Lei Federal nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal.

Parágrafo Único - Os regramentos são aqueles editados por ato normativo da FUNAC, estabelecendo os critérios para a celebração do convênio de que trata o caput deste artigo.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.